

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

**Património cultural nos países da
CPLP em termos da globalização**

ÍLIDIO DO AMARAL



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Património cultural nos países da CPLP em termos de globalização

Ilídio do Amaral†

No Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento construtor de um futuro sustentável para todos, celebrado a 21 de Maio, o Director Geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, teve mais uma vez a ocasião de pôr em relevo a independência, a integridade e a diversidade das culturas dos Estados-membros, e a importância da promoção dos princípios democráticos da dignidade, da equidade e do respeito mútuo, por meio da educação, da ciência, da cultura e da comunicação.

A UNESCO tem defendido que nenhuma cultura é monolítica e estática. Muito pelo contrário, todas são dinâmicas, «adquirem formas diversas ao longo dos tempos e nos espaços» resultantes de intercâmbios e de empréstimos mútuos de umas com outras; e que a diversidade cultural é «uma característica essencial da Humanidade», uma das fontes do desenvolvimento, de força e de unidade. A sua defesa «é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana». A sua gestão constitui, sem dúvida, um dos desafios mais importantes colocados às tentativas de construção de sociedades do conhecimento plurais e inclusivas em tempos de globalização. São estas algumas das linhas gerais do que se encontra explanado em vários documentos normativos emitidos pela UNESCO e aceites por quase todos os países.

Têm a maior importância a Declaração da Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), a Convenção sobre a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais e Artísticas (2005), que complementam a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Natural e Cultural (1972). Um outro documento deve ser referido: *Nossa Diversidade Criativa* (1998), no qual se afirma que é tão importante a defesa da diversidade cultural como é a da biodiversidade, a qual constituiu matéria do relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), ou *Agenda Global para Mudança*, também conhecido por *Relatório Brundtland*, do nome da Senhora Gro Harlem Brundtland,

Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que elaborou o documento, distinta ecologista que, entre muitos cargos políticos, teve o de Primeiro-Ministro do seu país, a Noruega. Como síntese-chave desse relatório, «o objectivo de um desenvolvimento humano sustentável de modo a permitir satisfazer as necessidades das gerações actuais sem contudo comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas».

O documento da UNESCO *Nossa Diversidade Criativa*, preparado por uma Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento, sob a bandeira de «cultura da paz», que tomou por base dois textos do antropólogo estruturalista Claude Lévi-Strauss, foi alvo de muitas críticas. Foram eles o livro *Race et histoire* (1952, com reedições posteriores) e o artigo «Race et culture» (1971, igualmente com reedições posteriores) que, para uns, eram contraditórios e, para outros, nem tanto. Mas de comum reconheciam a indecisão do uso do conceito de cultura, o facto de enfatizar o direito de povos à autodeterminação cultural e a necessidade de ética global, como se a ética e a moralidade não tivessem nada a ver com a cultura. Mais ainda, os críticos acusaram a UNESCO de tendência para o regresso à antiga distinção germânica entre *Kultur*, por vezes associada com a noção de *Gemeinschaft*, a «comunidade», do sociólogo Ferdinand Toennis (1856-1936), e *Zivilisation*, associada com a *Gesellschaft*, a «sociedade», do mesmo autor, conceitos muito populares nos anos entre as guerras de 1914-1918 e 1939-1945.

Nas bases de todos os documentos anteriormente citados sobressaem uma filosofia de unidade cultural assente na diversidade e um desvio da noção de globalização para o de defesa daquela diversidade, que constituem uma das plataformas mais importantes neste princípio do século xxi. A ênfase dada à diversidade cultural a um nível universal introduziu uma nova forma de observação do mundo contemporâneo, cujo propósito não é o de destronar a globalização mas antes o de demonstrar que a civilização humana é, e sempre foi, cultural. Valorizando a diversidade cultural constrói-se uma contrapartida para aquelas teorias que defendem o mundo como um espaço global de selecção natural, do qual desaparecerão rápida e inexoravelmente os elementos culturais mais fracos (linguísticos e outros), à medida que o mundo se torna dominado por uma matriz única, linguística e cultural.

É uma realidade que, em todos os continentes, nuns mais do que noutros, têm desaparecido ou perdido vitalidade muitas línguas, e com isso se tem

empobrecido o mundo. Apenas um exemplo: nesse enorme bloco insular que é a Austrália, com uma parte desértica muito grande, estudos feitos cuidadosamente em 2005 permitiram concluir que das mais de 250 línguas autóctones faladas que existiriam na altura da chegada dos primeiros europeus, somente sobreviviam 140 e cerca de 110 estavam em riscos de desaparecimento; apenas 18 foram dadas como «sólidas», pela sua transmissibilidade actual de geração para geração. De todos os continentes também se sabe que, no decorrer dos tempos, têm desaparecido muitas línguas.

Tendo em conta que no conjunto da CPLP três países africanos continentais — Guiné-Bissau, Angola e Moçambique — e Timor Leste contêm mosaicos de etnias e são nitidamente plurilinguísticos, que na impossibilidade do desenvolvimento de cada uma das «línguas nacionais» ou «maternas» têm de seleccionar umas tantas, muito embora nas suas Constituições seja assumida a defesa de todas, adivinham-se os desafios postos à definição dos graus de vitalidade de cada uma delas, muitas das quais sempre foram e continuam a ser mal conhecidas. E para quase todas faltam a fixação ortográfica — recorde-se que são línguas faladas, com muitos registos aportuguesados de vocábulos — e os instrumentos essenciais de aprendizagem generalizada e de transmissão, como sejam os vocabulários, os dicionários, as gramáticas.

À UNESCO se devem os estudos de metodologias aplicáveis aos levantamentos das diversidades linguísticas, das suas evoluções e dos graus de vitalidade, com resultados publicados num *Atlas das línguas em perigo no mundo* cuja edição mais recente está anunciada para este ano e conterà informações sobre mais de 2.500 línguas.

As políticas de diversidade cultural e de globalização, ainda que à primeira vista pareçam contraditórias, de facto intersectam-se em muitos pontos e não se excluem uma à outra: se no plano universal, o mundo é um sistema complexo de diversidades culturais, jamais poderão ser esquecidos os valores locais. Neste sentido os cientistas sociais criaram a expressão «glocal» e as suas variantes como «glocalidade» e «glocalização» propondo para esta «a promoção de direitos legais e de identidades culturais de populações locais de modo a serem coordenados com os desenvolvimentos políticos a nível global», ou por outras palavras, a capacidade de alguém ser capaz de viver, ética e culturalmente, ao mesmo tempo, no global e no local. Como curiosidade, a adopção da expressão «glocal» teve na

base a «dochaku» japonesa e de modo igual a «glocalização» assenta na «dochakuka».

Perante os termos de «cultura» e de «património cultural» é inevitável perguntar como se definem hoje cultura e património cultural, que tanto importa preservar, sobretudo quando sabemos que ao longo da história os seus conceitos variaram consoante uma escola de pensamento, uma sociedade, uma época, assim como a sua aplicação em vários campos de estudo.

Pode dizer-se que as tentativas de delimitação conceptual não têm chegado a avanços significativos. Basta referir alguns exemplos: Em 1952 quatro antropólogos norte-americanos, Clyde Kluckhohn, Alfred Kroeber, A. Meyer e W. Untereiner publicaram uma lista de 160 definições diferentes de cultura feitas na primeira metade do século xx, podendo ser arrumadas em grandes grupos com base em certos tópicos (organização social, religião, economia, etc.), em fases de progresso histórico, em comportamentos, em aspectos normativos, funcionais, mentais, estruturais e simbólicos. Em 1973 Clifford Geertz (pseudónimo de Harold F. Lincher) diria que a cultura era um «pot au feu *made with the throwing of anything and everything into the conceptual stew that is the complex whole of human existence*». Em 2000 era a vez de Jacques Barzun escrever o seguinte: «Cultura... que palavra! Até há alguns anos atrás significava duas ou três coisas aparentadas, fáceis de apreender e manter separadas. Hoje, é uma peça do jargão para tudo, cobrindo uma mistura heteroclita de coisas que se sobrepõem». A um colega e amigo alemão, especialista em assuntos de cultura e património cultural, a quem pedi que me elucidasse, respondeu-me de um modo quase decalcado de Santo Agostinho quando, no capítulo XIV do Livro XI das suas *Confissões*, depois de muito reflectir sobre o Tempo passado, presente e futuro, escreveu: (afinal) «que é pois o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei».

O património, por sua vez, é uma palavra antiga, que na origem estava ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Com o decorrer do tempo isto foi-se alterando com as transformações das sociedades, com a sua maior mobilidade, até ao ponto de se inserir num projecto mais amplo de construção de uma identidade nacional e de passar a servir ao processo de consolidação dos Estados-nação modernos. A noção de património, que engloba hoje o natural ou físico e o cultural, e deste o

material e o imaterial, continua vaga e imprecisa para chegar a ser efectiva e operativa. Em torno dela continuam as discussões teóricas e, tal como sucedeu com a cultura, do mesmo modo o património tem sido objecto de uma série de instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações relativas à sua defesa. Os documentos aprovados pela UNESCO têm enriquecido o Direito Internacional da cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias de cada país. Sendo a diversidade cultural um direito fundamental, os Estados devem assegurar a sua salvaguarda e a sua promoção.

Uma matéria que tem ganho lugar central e tem sido alvo de muitas controvérsias é a da confrontação entre cultura e comércio internacional, muitas vezes demasiado prisioneira de discursos jurídicos e técnicos que levam os cidadãos a afastarem-se dela, preferindo deixá-la noutras mãos. Contudo, se a cultura for abandonada às forças do mercado, corre-se o risco da perda de acesso ao passado e até ao presente. Foi preciso chegar aos finais dos anos 90 do século passado para surgir a Convenção sobre a Protecção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e das Expressões Artísticas, que pretende ser uma contrapartida à liberalização económica e uma defesa da liberdade criativa, que procura escapar às tiranias dos objectivos de rentabilidade financeira. Para Amartya Sen, Prémio Nobel de Economia, a liberdade cultural é a forma mais nobre de avaliar a «dimensão cultural da vida humana».

Problema que se põe aos países de independências recentes é o tombo dos bens culturais, e daí a sua defesa, para a definição de políticas culturais em regime de abertura democrática. Como escreveu Marilena Chaul em 1992, filósofa brasileira e estudiosa dos problemas de bens culturais, «uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes de dominação, herdadas de um passado ignorado e de submissão colonial. Fadada à repetição e impedida de inovação tal política cultural é cúmplice do *status quo*».

Postas estas ideias gerais, mas necessárias, passo então à CPLP — Comunidade de Países de Língua Portuguesa, criada em 1996, isto é, há 13 anos, constituindo o quadro institucional da Lusofonia. Juntava 7 parceiros — um pequeno país no extremo ocidental da Europa e integrado na União Europeia (Portugal, com as suas duas Regiões insulares Autónomas); um país sul-americano de escala

sub-continental (o Brasil), locomotiva do MERCOSUL e já no grupo das potências emergentes, o G5; cinco africanos (dois arquipelágicos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e três continentais, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, de tamanhos, povoamentos e recursos económicos muito diferentes). Muito mais tarde entraria Timor-Leste (parte de uma ilha nos limites do Índico com o Pacífico). Tanto a área como a população do Brasil representam cerca de 80% dos valores totais dos países da CPLP (cerca de 10,7 milhões de quilómetros quadrados e de 220 milhões de habitantes); relativamente ao IDH referível a 2004, de um conjunto de 177 países, no extremo longínquo do 26.º lugar atribuído a Portugal, do 72.º ao Brasil e do intermédio 102.º a Cabo Verde, estavam os outros — São Tomé e Príncipe em 123.º lugar, Angola em 166.º, Moçambique em 171.º e Guiné-Bissau em 172.º.

Este enunciado alerta para a realidade não só das diversidades e descontinuidades geográficas, mas também das diversidades económica, política e social de Estados que se ligam pela utilização de uma língua comum (a portuguesa) e pela partilha de valores culturais alóctones semelhantes, ou pelo menos próximos, uma vez que sete foram produtos da colonização portuguesa. Encontram-se em estágios distintos de desenvolvimento, têm diversidade de situações, quer no que respeita a condicionamentos internos, quer a regionais e globais; sofrem os efeitos da globalização com intensidades diferenciadas. Os países continentais africanos e Timor-Leste foram cenários de guerras, primeiro para se libertarem de regimes coloniais e depois, ainda mais destrutivas, as guerras civis. Todas as estruturas físicas, humanas, económicas, sociais e políticas foram fortemente alteradas; são países em reconstrução com ritmos e capacidades diferentes.

Assim a variabilidade de referenciação à CPLP, que não tem nada de surpreendente. Ela foi criada quase dois séculos após a emancipação do Brasil e cerca de vinte anos depois das independências das cinco colónias africanas; Timor-Leste, pelas circunstâncias bem conhecidas, entraria há poucos anos. Todos eles foram descobertos nos séculos xv e xvi. Datam daí as histórias humanas das ilhas, incluindo as das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, porque foram achadas desertas, isto é, sem habitantes e os povoamentos fizeram-se com gentes da Metrópole e doutras partes europeias nuns casos, e noutros também com a junção de africanos tomados no continente próximo como escravos. Não se passou exactamente o mesmo com os territórios continentais e o da ilha timorense

porque neles os portugueses encontraram populações em diversos estágios de desenvolvimento, eram nítidas as diversidades étnicas e culturais, e, conseqüentemente, diferentes os patrimónios culturais.

Tal como sucedeu em processos de colonização em todas as épocas da história humana, o invasor, dotado de meios mais fortes (avanços tecnológicos, armas de fogo, cavalaria, móveis de expansão mercantilista e enriquecimento rápido, espírito religioso de cruzada contra os «pagãos» ou «infiéis», etc.) pôde impor os seus valores culturais, procurando difundi-los rapidamente, sobrepondo-os às culturas e sociedades autóctones. Contudo isso, feito o balanço, não conseguiu destruir de todo os valores fundamentais destas sociedades.

Portugal foi reino independente no século xii depois de se emancipar da tutela leonesa; o seu território foi sendo alargado em lutas contra os árabes que ocupavam a Península. Nos finais do século xiii conseguiu fixar as suas fronteiras de Estado unitário (Alcanizes, Setembro de 1297). O Brasil tornou-se independente desde 1822, tornando-se um Estado federal que se foi enchendo de gentes de vários países dos diferentes continentes. Cadinho de culturas, é hoje um País Arco-Íris, usando a expressão de Nelson Mandela aplicada à sua África do Sul. Nos finais do século xix, para dirimir as rivalidades criadas entre potências europeias com presenças e interesses em África, a célebre Conferência de Berlim de 1884-1885, na qual não houve qualquer representação de africanos, ao determinar a necessidade da definição de ocupação efectiva de territórios levou à partilha do continente, com o traçado apressado de fronteiras, constituindo-se uma carta política como as potências europeias quiseram.

Com algumas alterações resultantes da entrega das colónias alemãs aos vencedores da Guerra (europeia) de 1914-1918, cerca de trinta anos depois, finda a Guerra (mundial) de 1939-1945, quando se iniciam as independências, as antigas colónias recebiam como heranças Estados imperfeitos e fronteiras coloniais. Preferiram assumir entre si, desde a Carta da Organização de Unidade Africana (1963), o compromisso de se oporem a modificações de tais delimitações políticas, a todas as pretensões secessionistas ou irredentistas. Em todos esses países, multi-étnicos, com alguns grupos, que dotados de certa homogeneidade cultural ficaram separados pelo traçado de fronteiras, e outros, de marcadas rivalidades seculares, ficaram englobados no interior de uma mesma fronteira, se procura redefinir o Estado e, sobretudo, construir a partir da diversidade étnica a unidade

atribuível ao Estado-nação de modelo vestefaliano que no próprio continente da sua criação, a Europa, tem sido posto em causa.

Ao mesmo tempo, envolvidos pelos processos da globalização, têm de atender com celeridade às necessidades da regionalização interna, para melhor se auto-administrarem, e da regionalização externa, para participarem em blocos de interesses comuns (fundamentalmente económicos) no interior do continente, passíveis de ligações com o exterior. São países afligidos por muitas doenças e pela fome, com fortes desigualdades sociais e desequilíbrios económicos, ainda dependentes do exterior. Lembro-me sempre da resposta de um Ministro das Finanças e Economia de um país africano, que surpreendeu muita gente. A um jornalista que lhe perguntava sobre o estado da economia do país, ele respondeu: «Qual delas? Temos três — a informal, a formal e a global».

Ora bem, cada um dos Estados mais jovens da CPLP deseja, entre muitas coisas, ter uma História cientificamente elaborada dando relevo aos passados ameríndios, africanos e timorenses, às suas diversidades culturais e étnicas, aos respectivos patrimónios culturais cujas raízes mergulham em muitos séculos antes das entradas tardias de gentes de fora. Ninguém recusa a importância dos documentos que, ao longo dos tempos, foram escritos por autores europeus, e por isso mesmo marcados por uma visão de fora. Ameríndios, africanos e timorenses têm consciência de serem partes de continentes de oralidade, isto é, sem escritas. Mas também sabem que os seus patrimónios materiais, construídos ou tangíveis, não são apenas e somente os de introdução alóctone (casas, igrejas, monumentos, cidades, etc. do tipo ocidental); têm de ser valorizados os patrimónios de construção autóctone. Mas mais do que isso, no conceito actual de património cultural, normalizado por instâncias internacionais, como a UNESCO, ele não se resume às coisas do passado mas também às dos tempos que correm.

A par disso existem os ainda mal conhecidos patrimónios culturais imateriais ou intangíveis que, seguindo o texto do parágrafo 2 do artigo 2.º da Convenção da UNESCO para a sua Salvaguarda, «se manifesta nos seguintes domínios: as tradições e expressões orais, compreendendo a língua como vector importante; as artes do espectáculo; as práticas sociais, rituais e eventos festivos; os conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; os saber fazer ligados ao artesanato tradicional». É extensa a lista de aspectos particulares enunciados no parágrafo 1 do mesmo artigo. Naturalmente que se trata de um articulado

geral, passível de inclusão de modalidades mais específicas desta ou daquela cultura. Adivinha-se a importância dos desafios postos aos países caracterizados pela multiplicidade de etnias e de grupos étnicos, com histórias e falares diferentes, lealdades múltiplas a chefias tradicionais, locais, regionais, e outras.

Porquê este exemplo da elaboração de uma História científica? Porque as que existem são imperfeitas e incompletas, com visões parciais e partidárias. É natural que um País queira ter o conhecimento mais completo possível do seu passado para melhor avaliar o seu presente; por outro lado, para melhor formação cívica das suas populações, para ter um documento ou registo magno de promoção e coesão política e social, para gerar novas representações simbólicas e resolver as suas questões de ordem identitária que vão do cidadão ao Estado. Se a compreensão do que é o património cultural material e imaterial de uma só cultura como um «bem público» já é um desafio importante, as dificuldades tornam-se maiores quando se trata de patrimónios resultantes da confluência ou coexistência de várias culturas.

As culturas nunca foram compartimentos estanques, as etnias nunca foram grupos humanos eternamente fixados num determinado território. Uma e outras tiveram modificações ao longo dos tempos e nos espaços. Há razões indiscutíveis para se falar de fenómenos de desterritorialização ou deslocalização, umas pacíficas, outras incentivadas por conflitos, que vão desde os menos gravosos aos bélicos. A desterritorialização é a expressão de um processo tão antigo como o homem, mas a palavra entrou recentemente na linguagem dos cientistas sociais perante a aceleração da mobilidade física graças ao desenvolvimento dos transportes e às novas tecnologias de comunicação e informação. A cultura raramente esteve fixada num único território; houve sempre a propensão para se libertar da «tirania do território». Numa expressão feliz de James Clifford, tem de se falar em *travelling cultures*, conceito que abarca não só a mobilidade generalizada das pessoas, dando às sociedades contemporâneas contornos essencialmente diaspóricos, mas que envolve também forças que passam através da TV, da rádio, da *internet*, do turismo, de inúmeras mercadorias, etc. Os homens quando migram para longe do seu território de nascimento (seja a aldeia, a cidade, a região ou o país) desterritorializam-se e com eles as (suas) culturas. E se regressam à base, resterritorializam-se, mas com conexões complexas algo diferentes das anteriores.

No âmbito dos países da CPLP considero como importantes as abordagens das relações entre cultura e território (aldeia, vila, cidade, região, país, etc.) dado o facto da existência das numerosas comunidades de falantes da língua portuguesa em vários países e continentes. A maior parte delas, tendo criado raízes nos países de destino, mantiveram os hábitos culturais das suas terras de origem, procuram implantar onde vivem as suas culturas (formas de viver em casa, tipos de relações familiares, comidas e falares, associações recreativas, eventos festivos, crenças religiosas, etc.). Isto é, manifestam plenamente fenómenos de desterritorialização ou deslocalização, física e cultural.

O mesmo se pode dizer, por exemplo, dos estrangeiros, sobretudo os dos países da CPLP, imigrados em Portugal. Na freguesia onde habito (Ramada), de concelho a norte de Lisboa, em terra que foi dos saloios, tão cuidadosamente estudados por Mestre Leite de Vasconcelos, e porque frequento os transportes públicos colectivos nas quase diárias deslocações, passo por duas ou três igrejas de filiações em correntes religiosas norte-americanas, uma mesquita, um templo hindu e uma igreja católica.

Os autocarros que utilizo são transformados em verdadeiras torres de Babel porque neles se cruzam, bem audíveis, por mal da necessidade de falares altos pelos telemóveis, instrumentos tipicamente nómadas e de uso generalizado, não só o português com as variantes dos diversos países da CPLP (cada vez mais brasileiros), mas também diferentes falares próprios dos PALOP (o crioulo da Guiné-Bissau e algumas das suas línguas autóctones; o crioulo do Cabo Verde e as suas variantes insulares; o kikongo e o kimbundo de Angola; falares de Moçambique), o indiano e o paquistanês, o chinês, o ucraniano e o russo, o espanhol e as suas variantes americanas, o inglês e o francês também com as suas variantes africanas e asiáticas, o inglês ianquizado, e outras que não consigo destrinçar. E não é raro o uso de trajos característicos: os saris das senhoras indianas, as vestes longas e pequenos barretes dos muçulmanos, quer africanos, quer asiáticos, as cabaias chinesas, os panos coloridos africanos e os penteados entrançados com fios de missangas, etc.

No prédio em que resido tenho, por vizinho do lado, um agregado familiar norte-americano: ele é professor de Matemática num estabelecimento português de ensino superior, norte-americano com ascendência judaica, casado com uma norte-americana descendente de peruanos, entretanto falecida; os meninos

falam um ianque cerrado e sincopado, mesclado com algumas palavras apor-tuguesadas. A família frequenta a *Sending Church* instalada na Ramada, uma filial da *Reston Bible Church* dos EUA, que fica não muito longe da volumosa igreja católica.

Tenho assim o meu laboratório de observações pessoais e reflexões sobre a diversidade cultural, o multiculturalismo, a desterritorialização, o cosmopolitismo, matérias sobre as quais vou colhendo informações junto deste e daquele, em curtos diálogos nas viagens de 20 a 30 minutos de autocarro, ou prestando atenção à variedade de palavras e conversas «gritadas» pelos telemóveis. Gostaria de saber escrever literariamente um livro, uma novela ou um romance, cujo título seria *A «Torre de Babel» no meu autocarro multicultural*.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 23 de julho de 2009)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO

Documentos da UNESCO, Paris, devidamente assinalados.

Relatório Brundtland (1987). Nova Iorque, ONU, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BARZUN, Jacques Martin (2000), *From Dawn to Decadence: 500 Years of Western Cultural Life, 1500 to Present*. Nova Iorque e Londres, HarperCollins.

CHAUL, Marilena (1992), *Política Cultural, Cultura Política e Património Histórico. O Direito à Memória: património histórico e Cidadania*. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura.

CLIFFORD, James (1997), *Routes: Travel and Translation of the Late Twentieth Century*. Harvard University Press.

GEERTZ, Clifford James (1973), *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque, Basic Books.

KLUCKHON, Clyde, KROEBER, Alfred L, MEYER, Alfred e UNTEREINER, Wayne (1952), *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. Cambridge MA., Peabody Museum.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1952), *Race et histoire*. Paris, UNESCO. Tem várias edições posteriores, uma das mais recentes é de 2007, Paris, Gallimard.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1971), «Race et culture», em *Le Regard Éloigné*. Reedição posterior em 1983, Paris, Plon.

SANTO AGOSTINHO, *Confissões*. Utilizada a edição de 2006, texto integral, São Paulo, Martin Claret.

SEN, Amartya (1999), *Development as Freedom*. Nova Iorque, Alfred Knopf.

TOENNIS, Ferdinand (1887), *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Leipzig, Fues's Verlag. Reeditado recentemente em 2005, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft. Tradução inglesa em 1963, *Community and Society*. Nova Iorque, Harper & Row.